

**HABEAS CORPUS Nº 515.177 - SP (2019/0167422-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARIELA MONI MARINS - SP343394  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MATHEUS MONTEIRO DE FREITAS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de MATHEUS MONTEIRO DE FREITAS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0003243-29.2017.8.26.0495).

Consta dos autos que o paciente, em primeiro grau de jurisdição, foi condenado pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, c/c o art. 65, I, do Código Penal, porquanto "*trazia consigo 02 porções de 'Cannabis sativa L', droga popularmente conhecida como 'maconha' e 20 porções de cocaína, na forma de pedras de 'crack' e tinha em depósito 61 porções de 'Cannabis sativa L', droga popularmente conhecida como 'maconha' e 204 porções de cocaína, na forma de pedras de 'crack', totalizando [203,44g – duzentos e três gramas e quarenta e quatro centigramas] de 'maconha' e [36,79g – trinta e seis gramas e setenta e sete centigramas] de cocaína na forma de pedras de 'crack', sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para fins de comercialização e entrega a terceiros pessoas*" (e-STJ fl. 28).

A pena foi fixada em 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais 500 dias-multa.

A defesa apelou. A 2ª Câmara de Direito Criminal deu parcial provimento ao recurso para afastar as circunstâncias judiciais negativas, estabelecer a pena-base no mínimo legal, mas sem alterar o *quantum* final da reprimenda.

O acórdão recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 91):

*Apelação criminal. Tráfico de drogas. Redutor legal específico. Responsabilizado o agente pela traficância de 215,5 gramas de drogas ilícitas, positivando assim que mantinha envolvimento criminoso mais admirável, não há como deferir-lhe a assistência do redutor legal específico disposto no parágrafo 4º do artigo 33 da Lei 11.343/2006.*

No presente *writ*, aponta a Defensoria Pública o constrangimento ilegal decorrente da não aplicação do redutor da pena previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006. Afirmar que, *"de fato, uma vez constatado que o apelante é PRIMÁRIO, possui bons antecedentes, não integra organização criminosa e nem se dedica a atividades criminosas, é certo que faz jus à causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, parágrafo 4º, da Lei nº 11.343/2006. [...] Ademais, não se pode inferir circunstância de o acusado estar na posse da quantidade de drogas descrita nos autos se dedicasse com habitualidade ao comércio ilícito. Para isso, seria necessário que outras provas fossem colhidas, revelando a não eventualidade na conduta"* (e-STJ fls. 5/6).

Pleiteia, como consequência da aplicação da referida minorante e da pena-base estabelecida no mínimo legal, a fixação do regime inicial aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por sanções restritivas de direitos.

Diante dessas considerações, requer *"a concessão LIMINAR da ordem para que seja reconhecido o benefício do § 4º do artigo 33 da lei de Drogas com suas sucessivas decorrências. Ao final, a Defensoria Pública aguarda a concessão definitiva da ordem, confirmando-se a decisão liminar nos termos solicitados"* (e-STJ fl. 15).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator